

ESTUDO DO TEXTO E ENSINO: CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA TEXTUAL, DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO E DA ANÁLISE DO DISCURSO

Carolina KNACK

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir três teorias que possibilitam abordar o texto, a saber, Linguística Textual, Teoria da Enunciação e Análise do Discurso, de modo a refletir sobre como cada perspectiva pode contribuir para o estudo do texto, particularmente em situações de ensino de Língua Portuguesa. Parte-se da análise de uma atividade de leitura e compreensão textual proposta em um livro didático, para então apresentar possibilidades de análise do texto embasadas pelas três teorias discutidas.

Palavras-Chave: teorias do texto – língua portuguesa – ensino.

1 INTRODUÇÃO

O *texto* tem ocupado, crescentemente, papel de destaque em aulas de língua portuguesa. Frente aos esforços de colocá-lo como foco das aulas de língua, muitos estudos têm se desenvolvido no intuito de fornecer elementos para o efetivo trabalho com o texto – embora muitas das discussões ainda permaneçam, infelizmente, restritas ao âmbito acadêmico.

Diante disso, o presente trabalho busca refletir acerca das possíveis contribuições, para o ensino de língua materna, especificamente no que se refere ao estudo do *texto*, de três teorias que permitem abordá-lo, a saber, Linguística Textual, Teoria da Enunciação e Análise do Discurso.

Inicialmente, proponho verificar de que modo as atividades em torno do *texto* têm sido propostas em aulas de Língua Portuguesa. Para tanto, valho-me

de livros didáticos¹. Após a verificação de alguns livros, selecionei aquele que apresentava o *texto* como centro da unidade de ensino. Trago, então, as considerações acerca da atividade proposta para verificar de que modo esta é empreendida. Em seguida, realizo um breve percurso teórico pelas três teorias – Linguística Textual, Teoria da Enunciação e Análise do Discurso –, retomando conceitos que compõem um aparato teórico que permite a cada perspectiva elaborar uma metodologia para a análise do texto. Por fim, apresento três análises ilustrativas, pelo viés das três perspectivas abordadas, do texto “Carta a um jovem que foi assaltado”, de Moacyr Scliar, retirado do livro didático em questão.

O percurso deste trabalho evidencia, de fato, algumas contribuições das três teorias abordadas às aulas de língua portuguesa, especialmente no que tange aos estudos relativos à língua e aos mecanismos de construção ou produção de sentidos engendrados no texto.

2 O LIVRO DIDÁTICO E O ESTUDO DO TEXTO

A escolha pelo livro didático “Português: texto e voz”, destinado à 8ª série, deu-se pelo fato de o livro apresentar o *texto* como núcleo de suas unidades de ensino. As unidades estão divididas em lições, sendo que cada lição possui dois textos como base para os exercícios propostos.

O corpus deste trabalho foi extraído da Unidade II, Lição 2 e consiste no texto 2, intitulado “Carta a um jovem que foi assaltado”, de Moacyr Scliar². Interessa observar de que modo as atividades propostas na seção “Explorando o texto”, item “Compreensão e interpretação”, conduzem o aluno à leitura e à análise do texto.

Quanto às questões propostas nesse item, cabe ressaltar que exigem apenas uma rasa leitura do texto e, em geral, basta que o aluno volte-se a ele para localizar e transcrever trechos como respostas. As questões 3, 4, 5, 6 e 7,

¹ Por que se ater à proposta de livros didáticos? As escolas públicas recebem, do Governo, livros didáticos que devem pautar o ensino das diversas áreas curriculares. Desse modo, os livros didáticos de Língua Portuguesa representam, em tese, a realidade das aulas – “em tese”, porque, sabemos, muitos professores não seguem as diretrizes dos livros e propõem atividades complementares.

² O texto e parte das atividades propostas na lição estão em anexo.

por exemplo, exigem que o aluno localize pontualmente, no texto, as palavras que expressam o sentimento do jovem assaltado e do autor da carta, bem como o trecho que descreve o destino do objeto roubado – a questão 7, inclusive, ordena explicitamente: “transcreva a frase”. As questões 7, 8 e 9 antecipam, em seu enunciado, certas conclusões que poderiam ficar a cargo do aluno, como, por exemplo, qual a posição do texto em relação ao crime ou, ainda, quais as características de tipo e gênero textuais percebidas. As questões 1 e 2, ambas de múltipla escolha, isto é, o aluno marca uma alternativa como sendo a “correta”, permitem, embora não da melhor maneira, que se pense sobre como o humor é construído no texto – já que é preciso justificar a resposta escolhida. No entanto, em relação à 2, acredito que a alternativa “a” também possa ser escolhida pelos alunos – se ironicamente interpretada.

Como se constata, não há questões que direcionam para a análise do funcionamento linguístico do texto. Diante das atividades propostas, evidencia-se a superficialidade com que é abordado o texto. A ausência de questões que investiguem seu funcionamento linguístico, isto é, como a língua está articulada para produzir os sentidos, é determinante para a ineficácia do estudo proposto.

3 AS TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO: UM PERCURSO TEÓRICO

Para propor as análises do texto “Carta a um jovem que foi assaltado”, cumpre retomar alguns conceitos e pressupostos das três perspectivas teóricas aqui em foco: Linguística Textual, Teoria da Enunciação e Análise do Discurso.

3.1 A linguística textual

A Linguística Textual ou Linguística do Texto representou, na década de 60, um primeiro esforço teórico em direção a análises que excediam os limites da frase. De um modo geral, o estudo do texto sob tal perspectiva propõe que observemos o texto em seu processamento e enquanto uma atividade verbal e interacional, isto é, um ato de comunicação. O que isso significa? Significa que *texto* é entendido como

uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos intencionalmente selecionados e ordenados em sequência, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais. (KOCH, 1992 apud KOCH, 1995, p. 20).

Assim, é preciso considerar tanto a organização das relações internas ao texto, perceptíveis em sua superfície linguística, quanto os fatores de natureza pragmática, ou seja, o “conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos” (BENTES, op.cit., p. 251).

Nesse sentido, destacam-se as pesquisas de Beaugrande e Dressler (1981), autores que buscaram discutir e explicar o que faz com que um texto seja um texto e, para tanto, elencaram sete critérios ou fatores que contribuem para a constituição deste: *coesão*, *coerência*, *intencionalidade*, *aceitabilidade*, *situacionalidade*, *informatividade* e *intertextualidade*.

Os dois primeiros, *coesão* e *coerência*, dizem respeito a aspectos internos ao texto e conferem o que se chama de *textualidade*. Já os demais, de ordem pragmática, permitem, de certo modo, abordar aspectos externos ao texto. Embora haja esse intuito de considerar aspectos da exterioridade, cabe ressaltar que na análise privilegiam-se os mecanismos linguísticos responsáveis pela tessitura do texto, recorrendo-se à exterioridade apenas quando estritamente necessário para iluminar o processo de compreensão. Assim, dada a ênfase sobre os mecanismos de *coesão* e de *coerência*, a análise textual consiste em, essencialmente, descrever o funcionamento destes.

Para Beaugrande e Dressler (1981) a *coesão* caracteriza-se pela capacidade de conectar os elementos formais de um texto. Koch (2002), tomando os estudos desses autores como fundamento, entende *coesão* como os mecanismos que estabelecem relações de sentido entre os enunciados, sendo que, através de tais mecanismos, vamos “tecendo” o texto, criando “laços”, “elos”, “costuras”.

Em relação à *coerência*, Beaugrande e Dressler (1981) afirmam que se trata de uma capacidade de ordem cognitiva que conecta os elementos semântico-conceituais que subjazem à superfície do texto. Os autores ressaltam que a base da *coerência* consiste na continuidade dos sentidos ativados no texto, devendo haver compatibilidade entre o “mundo narrado” e o

conhecimento de mundo do leitor. Pode-se dizer, de certa forma, que a *coerência* não consiste numa característica específica nem do texto, nem dos leitores, mas se constitui na relação entre estes em uma determinada situação, estando ligada à possibilidade de estabelecer sentidos.

Quanto a isso, cabe destacar que a Linguística Textual considera que o sentido, em certa medida, já está no texto, bastando ao leitor que este o desvende. Logo, a concepção de língua comporta a ideia de código, isto é, uma língua transparente, sem opacidades, a qual basta ser decodificada. Ao sujeito, que ocupa o papel de leitor, cabe seguir as instruções postas na superfície textual, articular os termos, preencher elipses, ou seja, resta efetivamente seguir as pistas já calcadas no texto para decifrar os sentidos construídos.

Por isso, a análise textual, sob esta perspectiva, conforme já mencionado anteriormente, enfatiza a verificação dos aspectos relativos ao processamento do texto, em que se observam os mecanismos linguísticos responsáveis pela coesão e os aspectos responsáveis pela coerência do texto – iluminados, por vezes, por aspectos pragmáticos.

3.2 As teorias da enunciação

Cumprе ressaltar, de antemão, que as Teorias da Enunciação, cujos teóricos que destaco para esta reflexão são Émile Benveniste e Oswald Ducrot, não visam a teorizar especificamente sobre a categoria *texto*, de modo que, ao abordá-la, deve-se operar um deslocamento dos conceitos teóricos, bem como elaborar um aparato metodológico específico para a análise textual.

Começemos por Benveniste. A partir de alguns artigos de “Problemas de Linguística Geral I” e de “Problemas de Linguística Geral II”, especialmente “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), “A natureza dos pronomes” (1956) e “Da subjetividade na linguagem” (1958) de PLG I; “A forma e o sentido na linguagem” (1967), “Semiologia da língua” (1969) e “O aparelho

formal da enunciação” (1970) de PLG II³, pensa-se ser possível derivar reflexões, princípios e categorias de análise para o estudo do texto.

De um modo geral, os estudos enunciativos buscam explicitar os mecanismos da língua e seu funcionamento com vistas à construção de sentido, a partir da apropriação desta língua pelo locutor. Assim, cumpre verificar como a linguagem articula-se para produzir sentidos e que mecanismos possibilitam a *semantização da língua*. Flores et al. (2009, p. 20) argumenta que “estudar a linguagem do ponto de vista da enunciação é estudá-la do ponto de vista do sentido” – o núcleo é o sentido, o qual perpassa todos os níveis de análise linguística.

Tal postura será empreendida em relação à análise do texto. Mas, antes disso, é preciso explicitar o que podemos entender por *texto* no quadro teórico benvenistiano. O linguista afirma que o ato de enunciação gera um enunciado: o discurso. Nesse sentido, podemos conceber *texto* como *discurso*, ou seja, como produto da enunciação. Assim, as considerações em relação ao discurso e também à frase⁴, “expressão semântica por excelência” (BENVENISTE, 2006, p. 229), podem ser estendidas ao texto, visto ser a frase um produto da enunciação.

Quanto ao seu objeto, Benveniste (2006, p. 82) esclarece que não se trata do *texto do enunciado*, mas o próprio processo de enunciar. O enunciado, por sua vez, fornece os elementos necessários para o acesso a esse processo, visto que a relação que o locutor estabelece com a língua determina os *caracteres linguísticos da enunciação*. De fato, são esses caracteres, isto é, *marcas*, que devem ser observados quando do estudo do texto; parte-se do que está posto textualmente no enunciado para chegar ao processo de enunciação e explicitar os mecanismos pelos quais o locutor produz sentidos.

A isso Benveniste acrescenta: toda enunciação é uma alocação; logo, o *outro* está sempre presente. É essa realidade dialética (*eu-tu*) que, segundo o autor, constitui o fundamento linguístico da subjetividade, entendida como a

³ Há outros artigos de Benveniste que possibilitam pensar a relação enunciação-texto; a reflexão desenvolvida, no entanto, circunscreve-se aos seis artigos aqui mencionados.

⁴ *Frase*, em Benveniste, deve ser entendida como *unidade do discurso*. “*Frase* ou *enunciado*, então, é o dizer do sujeito, ideia materializada para atribuição de referência”. Assim, “a *frase* ou o *enunciado* não tem sua extensão limitada por nenhum critério que seja ‘externo’ à enunciação. A frase pode ser constituída por apenas uma palavra ou por mais palavras [...]. Também pode compreender um conjunto de frases gramaticais que, na escrita, expressar-se-ia em u parágrafo; pode, ainda, se estender por mais de um parágraf, cujo número não se pode precisar.” (FLORES et al., 2009, p.67).

“capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (id., 2005, p. 286) – instaurada pela intersubjetividade.

É preciso, pois, esclarecer, que a teoria enunciativa de Benveniste não objetiva estudar o sujeito em si, mas justamente tais marcas linguísticas que, inscritas no enunciado, permitem reconstruir o processo de enunciação pelo qual o locutor passa a sujeito. Importa, pois, verificar o modo de dizer e não o dito, isto é, como o locutor mobiliza a língua, *repertório de signos* que possibilita *combinações*, e a engendra num discurso particular.

Ao mobilizar e apropriar-se da língua, o locutor estabelece relação com o outro e com o mundo via discurso, marcando na língua sua subjetividade e constituindo-se como sujeito. A noção de *instância de discurso* (ibid., p. 277) é essencial nesse sentido, pois a realidade a que se refere a enunciação é sempre uma *realidade de discurso*, marcada linguisticamente, e não uma realidade do mundo – na medida em que a língua comporta os mecanismos que permitem a enunciação, logo, sujeito/locutor, alocutário e situação, bem como referência, estão inscritos na própria estrutura da língua e instituem-se no uso da língua; importa a realidade instaurada no e pelo texto/discurso. Diante disso, o ponto de vista a ser assumido é linguístico. Logo, a análise textual deve circunscrever-se à materialidade linguística, considerando-se a realidade instaurada pelo texto.

Quanto à referência, Benveniste esclarece: “a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (id., 2006, p.231). Isso porque as condições intersubjetivas da enunciação são sempre únicas: o *eu* e o *tu* definem-se a cada instância; essa referência à instância de discurso une ao *eu-tu* uma série de indicadores, como os demonstrativos, os advérbios, os adjetivos – indicadores da dêixis –, o paradigma das formas temporais e verbais e outros termos que se organizam em torno do *eu*, sempre se definindo em relação ao momento da enunciação (id.,2005, p.279). Conforme já mencionado, cumpre verificar como se engendram tais categorias para a construção dos sentidos no texto.

O artigo “O aparelho formal da enunciação” (id., 2006, p.81 et. seq.) sintetiza, de certa forma, muitos dos conceitos elaborados ao longo dos artigos

de Benveniste e, portanto, condensa alguns dos aspectos que devem ser observados quando da análise de um texto. O autor argumenta que as línguas possuem um aparelho do qual o locutor apropria-se para enunciar, fazendo uso, para tanto, de instrumentos específicos e procedimentos acessórios e, assim, constituindo-se como sujeito. No que se refere ao processo de enunciação – e, aqui, também no que refere ao texto –, é preciso considerar: o próprio ato, a situação em que este se realiza e os instrumentos de sua realização. Tais aspectos constituem categorias a ser observadas na análise textual.

Em relação aos instrumentos específicos e procedimentos acessórios, cabe ressaltar que estes merecem especial atenção quando da análise textual. Segundo Benveniste (op.cit.), os primeiros comportam os *índices de pessoa eu-tu*, que instanciam locutor e alocutário; de *ostensão*, que situam e/ou designam um objeto ao mesmo tempo em que se enuncia a instância de discurso; e de *tempo*, cuja forma axial é o presente, visto que coincide com o momento da enunciação. Estes índices nascem a cada enunciação e, assim, referem algo novo a cada vez que são enunciados. Já os segundos consistem no aparelho de funções: a *interrogação* consiste em uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, o que pode dar-se por formas lexicais, sintáticas, partículas, pronomes, etc.; a *intimação* contém formas que implicam ordens, como o imperativo ou o vocativo; a *asserção* visa a comunicar uma certeza; e, por fim, a *modalização*, que inclui os modos verbais, como o optativo e o subjuntivo, os quais enunciam atitudes do enunciador em relação ao que enuncia (expectativa, desejo, apreensão), e também formas pertencentes à fraseologia, como “talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”, podendo indicar incerteza, possibilidade, indecisão, etc.

O aparelho formal, de fato, constitui-se num mecanismo que corrobora para colocar a língua em uso; através desse aparelho, o locutor apropria-se da língua e a semantiza, convertendo-a em discurso. Tal discurso será sempre particular, único, porque jamais pessoa/tempo/espaço poderão repetir-se.

Outro teórico que contribui para o estudo do texto sob essa perspectiva é Oswald Ducrot. Dentre as noções elaboradas pelo autor, destaca-se a de *polifonia*. Ducrot (1987) postula a distinção entre *locutor* e *enunciador*. O

primeiro é um ser que, no próprio enunciado, é apresentado como seu responsável, em outras palavras, alguém a quem se deve imputar a responsabilidade pelo enunciado (é a ele que refere o pronome *eu* e as marcas de 1ª pessoa), podendo ser distinto do produtor empírico do enunciado; há um “locutor enquanto tal” e um “locutor enquanto ser no mundo”. O segundo consiste nos seres que se expressam através da enunciação; a enunciação representa o ponto de vista do enunciador, sua atitude, posição, mas não suas palavras em forma material; é o locutor, pelo enunciado, que dá existência aos enunciadores, de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes.

Diante disso, Ducrot (op.cit) postula duas formas de polifonia, a saber, *polifonia de locutor*, quando há mais de um locutor no enunciado, como, por exemplo, o discurso relatado, e *polifonia de enunciador*, quando há mais de uma perspectiva enunciativa (diferentes pontos de vista no enunciado), o que se verifica, por exemplo, através da ironia, da negação, da pressuposição e do uso de *mas*.

3.3 A análise do discurso

É preciso apontar, desde já, que o objeto de estudo da Análise do Discurso (AD) não é o texto em si, mas, conforme a própria designação da disciplina atesta, o *discurso*. Segundo Orlandi (2001, p. 86), o *discurso* consiste no “lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua”. No entanto, é o texto que permite acessar as relações da língua com a *ideologia*, com a *história*, com o *sujeito*, visto ser concebido como a “manifestação material concreta do discurso” (ibid., p. 78).

Para essa perspectiva, como se pode perceber, não há separação entre a exterioridade e a linguagem, de modo que a primeira constitui significativamente a segunda, e isso se reflete, sobretudo, no trabalho que a AD empreende em relação ao texto. Assim, o trabalho de análise parte da superfície linguística do texto para, então, acessar o discurso e os processos discursivos que o constituem.

Primeiramente, cabe observar que muitas noções, ao serem deslocadas para o campo da Análise do Discurso, são ressignificadas. Começamos pela língua. À AD não interessa observar a *língua* enquanto um sistema formal abstrato; conforme argumenta Rasia (2008,p.255), a língua “é abordada a partir de suas determinações sócio-históricas, ou seja, a partir dos modos como determinações de sentido manifestam-se nela e por ela.”

A *história* à qual se refere a autora não deve ser entendida como a sucessão cronológica de fatos e, sim, como um efeito de sentido. Não se trata, portanto, de abordar a história refletida no texto, mas os modos como os sentidos são produzidos e circula. Por isso, diz-se que o analista do discurso trabalha com a *historicidade*. De fato, são as condições históricas que tornam o sentido possível, a partir da determinação derivada do modo como o *sujeito* se relaciona com as condições de produção dos fatos de língua. Os sentidos são, por isso, *efeitos de* e, conforme destaca Orlandi (apud RASIA, op.cit.), todos os sentidos são possíveis na linguagem; é a materialidade, pois, que impede que seja qualquer um. Assim, Rasia (op.cit.) ressalta que há um embate constante entre o fechamento e a abertura dos sentidos, um movimento contínuo, tecido na materialidade linguística, que deixa rastros, os quais permitem ao analista refazer os processos discursivos. Conforme a autora, a noção do processo discursivo tem a ver, portanto, com essa reconstituição do que foi apagado/mascarado e com o papel que a linguagem aí desempenha.

Considerar as condições a que se refere Rasia (op.cit.) diz respeito à *exterioridade* constitutiva do discurso, sobretudo às *condições de produção*. Tais *condições de produção* incluem sujeitos – historicamente determinados e ideologicamente interpelados – e situação – circunstâncias do contexto imediato, tais como *quem, quando, onde*, e do contexto mais amplo, como o histórico, o político, o social, o cultural, etc.

Portanto, o sentido nunca está posto e, sim, é construído; ele não está nas palavras em si, mas na relação destas com a *exterioridade*, com as *condições de produção*. Isso porque, quando um texto é produzido, ele é produzido por um sujeito localizado num tempo e num espaço sócio-ideologicamente determinado: esse sujeito ocupa o que se chama, em AD, de

função-autor (ORLANDI, op.cit.), ou seja, não interessa o autor empírico, mas essa *função* que se responsabiliza por costurar os recortes do *interdiscurso* e produzir um *efeito-texto* – um texto com ilusão de início, meio e fim, homogêneo e acabado. Segundo a autora, o *interdiscurso* representa a memória discursiva e reúne todos os já-ditos, todas as formulações já feitas e esquecidas – esquecimento ideológico, do qual resulta a ilusão do sujeito considerar-se origem do seu dizer. O sujeito, ao operar tais recortes, o faz sob suas identificações ou contra-identificações ideológicas, o que, no discurso, significa inscrever-se no que se chama *formação discursiva* – determinada pelas posições ideológicas colocadas em jogo –, na qual este sujeito ocupa determinada posição, designada *posição-sujeito*.

O texto, assim, representa o *intradiscurso*, na medida em que materializa uma voz do interdiscurso. Cabe ressaltar, no entanto, que tal homogeneidade trata-se de uma *ilusão* ou *efeito*, já que “todo texto é heterogêneo do ponto de vista de sua constituição discursiva: ele é atravessado por diferentes formações discursivas, ele é afetado por diferentes posições de sujeito, em sua relação desigual, contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia.” (ORLANDI, op. cit., p. 94).

Da mesma forma, quando um texto é lido, ele é lido por um sujeito também localizado num tempo e num espaço sócio-ideologicamente definido. E é essa relação de posições histórica/ideológica socialmente determinadas que constitui a produção dos sentidos – tanto do processo de escrita quanto do de leitura.

Diante desse amplo constructo teórico, Orlandi (op.cit.) propõe que, após delimitar seu *corpus*, o analista deve partir da análise da materialidade linguística, buscando identificar quem diz o quê, para quem, etc, verificando o que, na língua, fornece pistas para compreender o modo como o discurso em questão se textualiza. Em seguida, pela análise dos processos discursivos, chegar às *formações discursivas* e suas relações com a ideologia, buscando explicitar o modo de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

4 PROPOSTAS DE ANÁLISE

A partir do estudo empreendido pelo livro didático, e diante dos resultados da análise por ele proposta, cabe pensar de que modo as teorias do texto e do discurso permitem analisar o texto em questão e, a partir disso, destacar suas possíveis contribuições para o trabalho com texto em sala de aula.

4.1 A análise à luz da linguística textual

Embora as discussões mais recentes no quadro teórico da Linguística Textual postulem uma abertura do campo a questões que extrapolam os limites internos do texto, o que temos, na prática, são análises que buscam dar conta de mecanismos linguísticos perceptíveis na superfície textual. Para tais análises, assumem relevância diversos estudos empreendidos por KOCH, sobretudo no que se refere aos mecanismos coesivos.

O leitor-aluno, já a partir do título do texto, ativa em sua memória um esquema sobre tipos e gêneros textuais - considerando a série em que está (8ª), o modelo textual “carta” já é de seu conhecimento. Logo, constrói possibilidades para o “mundo textual” com o qual se deparará. A coerência do texto, dentre outros aspectos, decorre da continuidade ou da compatibilidade entre as estruturas ativadas cognitivamente e as postas textualmente. De fato, o texto mantém a estrutura de uma carta (modelo ativado a partir do título), porém com algumas peculiaridades, as quais podem e devem ser trabalhadas com os alunos.

Não está expresso, no texto, o nome do destinatário da carta, tampouco do remetente. Além disso, há uma peculiaridade: não há ocorrência de pronomes pessoais retos. E sabe-se apenas que se trata de um locutor em primeira pessoa do singular, evidenciado pelo uso do pronome pessoal oblíquo *me* (l.23); já o interlocutor é tratado por *tu*, o que se evidencia pela concordância verbal (p.ex. *foste*, l.1), pelo uso dos pronomes oblíquo *te* (ls.12, 16 e outras) e possessivos *teu, tua* (ls.17, 30 e outras). Quanto ao interlocutor,

é possível que seja do sexo masculino, uma vez que o gênero masculino está evidenciado no adjetivo *chocado* (l.11)⁵.

No que se refere aos procedimentos coesivos, é necessário atentar para a relação estabelecida entre a forma da língua e o sentido que se estabelece. Um primeiro mapeamento permite-nos destacar que: **a)** há anáforas em *isto* (l.2), que remete a *foste assaltado* (l.1), *nisto* (l.10), que remete a *os assaltantes são democráticos ...* (l.6-9); e *dois* (l.19), remetendo a *homem e receptor* (l.19); há catáfora em *eles* (l.27), que remete a *os ladrões e assaltantes* (l.27); **b)** há retomadas por reiteração de mesmo item lexical, como *homem* (ls. 17, 19), *fruto do trabalho* (ls.16,17); **c)** há retomadas por substituição, como em *o delinquente* (l.11) – *o homem* (l.17) – *o assaltante* (l.20); e em *os ladrões e assaltantes* (l. 27) – *os criminosos* (l.31) – *os bandidos* (l.33); **d)** retomada por nome genérico, como *essa gente* (l.22), referindo-se a *assaltante* e *receptor* (ls.19-20); **e)** há elipses, como em *entregaste [a bicicleta]* (l.14). Até aqui, pode-se dizer que tais elementos garantem a continuidade dos sentidos, ao mesmo tempo em que fazem o texto avançar, somando ou acrescentando algo. Continuando o mapeamento: **f)** há recorrência de estrutura (paralelismo sintático) nas linhas 32 e 33; **g)** os encadeamentos, de forma geral, dão-se por justaposição; é o leitor quem deve preencher/estabelecer o sentido. Mas há uso de conectores, como: a conjunção *mas*, cujo valor pode ser *adversativo* (ls. 4), *explicativo* (l.26) ou ainda *aditivo* (l.33); conjunção *e*, com valor *aditivo* na primeira ocorrência da l.27 e *adversativo* na segunda, e ainda, na l.29, com valor explicativo; **h)** quanto à organização temporal, os fatos estão linearmente ordenados; há predominância do pretérito perfeito do indicativo, que indica o primeiro plano da narração – coloca em relevo os fatos narrados; o tempo presente do indicativo é utilizado para os comentários do locutor, que se estendem para além do fato ocorrido. Também há uso de locuções como *na hora* (l.10) e advérbio *depois* (l.16) para marcar a temporalidade. Assim, constrói-se a unidade do texto: os elementos coesivos asseguram a continuidade e a progressão dos sentidos.

⁵ Considerando que o texto, para a Linguística do Texto, é uma representação do mundo.

4.2 A análise à luz das teorias da enunciação

Quando da análise do texto sob a perspectiva enunciativa, cumpre observar de que modo o locutor apropria-se da língua, constituindo-se como sujeito e instaurando o outro pelo seu dizer. Assim, um primeiro aspecto a ser verificado, no que se refere aos elementos abordados por Benveniste, consiste na instauração das categorias de pessoa *eu* e *tu*. A intersubjetividade, ou seja, a relação dialética entre um *eu* e um *tu*, é o que possibilita ao sujeito marcar sua subjetividade; ele apenas constitui-se diante de um outro.

Aqui, a própria carta já constitui e evidencia a relação intersubjetiva, visto que, nela, sempre há um *eu* dirigindo-se a um *tu*. O *eu* locutor do texto marca-se explicitamente em apenas uma partícula da língua: o pronome oblíquo *me* (l.23). No entanto, este *eu* percorre o texto inteiro, na medida em que institui um *tu* com que dialoga. Já na primeira linha este *tu* está posto – evidenciado pela desinência verbal de *foste*. A interlocução instaurada remete sempre para um *ele*, ora o assalto, ora o delinquente – isso evidencia que o *ele*, não-pessoa, realmente pertence à sintaxe da língua, à esfera objetiva – porque impossibilitado de ocupar um espaço no discurso –, ao passo que *eu* e *tu* constituem categorias de pessoa, pertencendo às instâncias de discurso e, portanto, sempre únicos e sujeitos à inversibilidade, definindo-se a cada enunciação – *eu* e *tu* não possuem referentes fixos ao qual possam sempre se remeter.

Assim, a instância de discurso – “atos discretos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” – assume vital importância, visto ser nela que a categoria de pessoa atualiza-se. Em razão disso, tudo o que se referir à categoria de pessoa e à instância de discurso assumirá um sentido único, constituído apenas na enunciação. É o caso, por exemplo, do tempo e do espaço, os quais dependem do momento da enunciação. No momento em que enuncia, tempo presente, corroborado pelo presente formal *deixa-me* (l.23), o locutor retoma fatos já ocorridos, marcados pelo pretérito perfeito do indicativo – por exemplo, *entregaste e fizeste* (l.14).

Tudo o que se referir à terceira pessoa terá um referente objetivo, que independe da instância de discurso; portanto, *nisto* (l.10), *lhe* (l.12), *eles* (l.27)

exercem a função de substitutos abreviativos e recuperam um referente posto pelo locutor. Já as categoriais (tempo, espaço e pessoa) constituem o que Benveniste designa “índices específicos” do aparelho formal da língua. Os acessórios, por sua vez, constituem o aparelho de funções, que o locutor utiliza para, de algum modo, influenciar o outro.

Há, no texto, predomínio de *asserções*, isto é, o locutor quer comunicar ao seu alocutário coisas que, para ele, são tidas como certezas: *é claro que na hora não pensaste nisto* (l.10), *há muito pobre que trabalha* (l.25), entre outras. O locutor também faz uso de *intimação*, pela qual dá ordens ao alocutário: *deixa-me* (l. 23), *não deves deixar* (l.29), por exemplo. Tem-se também *interrogações*, que convocam o locutor e suscitam uma resposta, como *onde está o exército? Por que não prendem essa gente?* (l.21-22). Há também a modalização, pela qual o locutor relativiza o seu dizer: *talvez* (l.18), *até poderia* (l.17), *até mesmo* (l.15), *absolutamente* (l.23).

Em relação aos elementos abordados por Ducrot, destaca-se, aqui, a polifonia. Há, por exemplo, polifonia de locutor no seguinte enunciado: *É possível que o assaltante tenha dito, nunca ganhei dinheiro tão fácil.* (l.20-21), em que o primeiro segmento traz a voz do locutor da carta e o segundo a voz do assaltante. Há, também, por exemplo, polifonia de enunciador em *Há muito pobre que trabalha, que luta por salários maiores, que faz o que pode para melhorar a sua vida e a vida de sua família – sem recorrer ao roubo e ao assalto.* (ls.25-26), em que o locutor organiza pontos de vista os quais ele aprova – pois ressoa a voz de que haveria pobres que não trabalham, ou que roubam para mudar de vida, etc. Também há ironia: o locutor fala de modo irônico algo que considera absurdo; ele apresenta a enunciação como expressando a posição de um enunciador e, mesmo sendo o responsável pela enunciação, não se responsabiliza pelo ponto de vista, como em *Os assaltantes são democráticos: não discriminam idade, nem sexo, nem cor, nem mesmo classe social [...].* (ls.6-8).

4.3 A análise à luz da análise do discurso

Para a AD, um texto é sempre produzido por um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma posição-sujeito inscrita em uma certa formação discursiva. Vejamos como isso se constrói no texto de nosso corpus.

O sujeito-autor, no próprio ato da escrita, imagina e constitui um leitor, para quem se dirige e destina seu texto. Na “Carta a um jovem que foi assaltado”, esse leitor está explicitamente constituído, justamente por tratar-se de uma carta: ela está endereçada a *um jovem*, mas não é possível saber qual jovem – indeterminação atestada pelo pronome *um*. Assim, o sujeito-autor, antecipando os sentidos que poderá produzir o seu leitor, no caso, o destinatário da carta, escolhe palavras que ele acredita ser do repertório dos jovens, valendo-se de linguagem simples, com períodos sintaticamente coordenados, poucas subordinações. Também escolhe fatos que podem ser recorrentes na vida destes, como o roubo de bicicleta, tênis ou mochila (ls.12-13), o dinheiro ser fruto do trabalho do pai ou do próprio jovem (ls.17-18).

O sujeito-autor mobiliza, ao abordar o assalto, a questão social. Que tipo de jovem pode ser assaltado? O trecho *excepcional é ganhar um bom salário* (ls. 3-4) remete ao discurso que prega a falta de boas condições de vida para os cidadãos brasileiros. E o que é ser cidadão brasileiro? E se a *grande parte das vítimas é das vilas populares* (ls. 8-9), logo os assaltantes não são tão *democráticos* (l.7) assim. O que se percebe é que há um esforço do sujeito-autor para “minimizar” o fato de “ser assaltado”, o que de certa forma banaliza o ocorrido – o que é corroborado, por exemplo, pelo trecho das linhas 26-28, ou ainda pelas frases finais (ls.34-35). O sujeito-autor ocupa uma posição que denota “acomodação” frente aos problemas sociais do país – o que revela a voz atualizada nas linhas 23 a 27, que traz o senso comum, isto é, um dito que circula amplamente na sociedade, sobre o qual não se questiona – , sobretudo frente aos roubos e aos assaltos.

Entretanto, pode-se dizer que temos presente uma posição divergente da posição-sujeito que ocupa o sujeito-autor: este traz o que seria a voz do jovem assaltado, que se sente *chocado* (l.11), está tomado pela *indignação* (l.16) e pela *amargura* (l. 21), e apela à força militar, à ação do Estado: *Onde está o exército? Por que não prendem essa gente?* (ls. 21-22).

Pode-se dizer, de certa forma, que emissor e destinatário da carta, logo, sujeito-autor e sujeito-leitor, estão inscritos em uma mesma formação discursiva, a saber, aquela que reúne os discursos dos cidadãos sujeitos a ação dos assaltantes. No entanto, um e outro ocupam diferentes posições-sujeito. O primeiro ocupa uma posição de acomodação frente aos problemas sociais, isto é, não importa pensar sobre ou buscar resolver as questões de condições socioeconômicas, mas, sim, proteger-se com trancas e alarmes. Já o segundo cobra um atitude do Estado, manifesta pelo desejo de que os criminosos sejam presos – também não há uma preocupação com as questões sociais, mas, de certo modo, há um pedido de solução.

Assim, instaura-se, no processo de leitura, um jogo interacional entre o leitor pressuposto (o destinatário da carta) e o leitor real. Essa relação é uma relação de confronto, pois o leitor real pode se identificar, ou não, com o leitor pressuposto – o processo de significação desencadeia-se, sobretudo, nesses confrontos. Pois da mesma forma que o sujeito-autor, o sujeito-leitor também é interpelado ideologicamente e, portanto, também ocupa uma posição-sujeito. Essa posição-sujeito pode ou não coincidir com a posição-sujeito do sujeito-autor. Portanto, sempre há uma pluralidade de leituras possíveis.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das atividades propostas pelo livro didático permitiu concluir que o aluno não necessita ater-se efetivamente à análise do texto, visto que apenas se exige uma rasa leitura. As perguntas que direcionam a análise requerem apenas que aluno volte-se ao texto para nele localizar e extrair as respostas esperadas – fato que instaura a existência de uma única e definitiva interpretação.

Em certa medida, pode-se dizer que o estudo do texto sob o viés da Linguística Textual também restringe a *liberdade* do leitor ou analista, visto que os sentidos estariam “postos”, determinados pelas estruturas linguísticas. Entretanto, deve-se destacar que tal perspectiva contribui de modo significativo no que se refere ao estudo dos mecanismos linguísticos, permitindo, assim,

abordar questões formais da língua. Ao observar o funcionamento coesivo do texto, é possível trabalhar com os alunos aspectos relativos à sintaxe-semântica da língua, como, por exemplo, as orações coordenadas e as subordinadas, o uso dos conectores lógicos e argumentativos, as substituições lexicais, entre outros aspectos.

A Linguística Textual pretende-se uma teoria que busca verificar o texto em seu processamento interno, isto é, em seu funcionamento linguístico, e também enquanto um ato de comunicação que atende a uma função interacional socioculturalmente determinada – embora tenhamos constatado que a ênfase repousa, efetivamente, sobre os aspectos internos.

Já as Teorias da Enunciação permitem verificar de que modo o sujeito apropria-se da língua e a articula para construir sentidos, considerando-se, para tanto, a situação dialógica – estabelecimento de locutor e alocutário –, aspectos relativos às marcas que o sujeito deixa em seu dizer, sua subjetividade. Observar o processo enunciativo permite observar a singularidade do sujeito, isto é, como ele se singulariza num sistema linguístico comum. De modo que o viés enunciativo, em se considerando o ponto de vista linguístico, também contribuiu para a abordagem dos mecanismos e funcionamento da língua em uso.

Pensar o estudo do texto sob esse viés implica considerar leituras singulares, assim como também análises singulares, isto porque o próprio ato de ler constitui um *ato de enunciação*, logo, também único e irrepetível – os sentidos instaurados a partir da materialidade linguística são sempre únicos.

Já a Análise do Discurso, por sua vez, destaca-se por permitir abordar aspectos exteriores ao texto, mas que o constituem significativamente, como, por exemplo, aspectos das condições de produção dos discursos, de modo que os sentidos constroem-se a partir dessas relações. Sob essa perspectiva, o sentido nunca está posto e, sim, é construído: o sujeito-leitor com suas experiências de mundo, inserido em um contexto sócio-histórico, ocupando determinada posição-sujeito em certa formação discursiva, dialoga com o texto e suas condições de produção.

Em relação às três teorias e seu aparato de análise, cumpre destacar que cada analista, quando do estudo de um determinado texto, precisa compor

tal aparato teórico-metodológico. O que isso significa? Cada texto, sendo singular, suscita no analista uma mobilização, também singular, de conceitos e métodos.

Então, diante disso, que deve fazer o professor de língua portuguesa? Pode-se dizer que, para o efetivo trabalho de análise do texto, a melhor postura a ser adotada configura-se numa *não tomada de posição teórica*, isto é, embora o professor possa identificar-se com uma teoria apenas, quando da análise conviria fazer uso das três teorias – Linguística Textual, Teoria da Enunciação e Análise do Discurso –, na medida em que cada uma delas contribui com diferentes aspectos para o estudo do texto.

Em relação à postura do professor, retomo as palavras de Fiorin (2009):

Muitas vezes, o professor não se satisfaz com os textos e os roteiros de interpretação dos livros didáticos, seleciona algum texto e faz uma bela interpretação em classe. Se o aluno lhe pergunta como enxergar numa produção discursiva as coisas geniais que ele nela percebeu, costuma apresentar duas respostas: para analisar um texto, é preciso ter sensibilidade; para descobrir os sentidos do texto, é necessário lê-lo uma, duas, três, inúmeras vezes.

As duas respostas estão eivadas de ingenuidade. Não basta recomendar que o aluno leia atentamente o texto muitas vezes, é preciso mostrar o que se deve observar nele. A sensibilidade não é um dom inato, mas algo que se cultiva e se desenvolve (ibid., p. 9).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUGRANDE, R., DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. New York: Longman, 1981.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F., BENTES, A.C. (orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v.1. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BENVENISTE. Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. O texto: construção de sentidos. *Organon*. Porto Alegre, n.23, p.19-25, 1995.

_____. *A coesão textual*. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

RASIA, Gesualda dos S. Entre a indeterminação e a determinação: o discursivo na materialidade linguística. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

TESOTO, Lídio. *Português: texto e voz*. 8ª série. São Paulo: Editora do Brasil, 2002.

Anexos

Seção: *Explorando o texto* - Item: *Compreensão e interpretação*

Responda no caderno:

1. “Excepcional é ganhar um bom salário, acertar a loteria: mas ser assaltado é uma experiência que faz parte do cotidiano de qualquer cidadão brasileiro.” Assim se expressando, o autor da carta:

- a) fez humor com a situação do cidadão brasileiro.
 - b) mostrou piedade para com o cidadão brasileiro.
 - c) mostrou quanto é experiente o cidadão brasileiro.
- Qual dessas três alternativas, na sua opinião, é a correta? Justifique sua resposta.

2. “Os assaltantes são democráticos: não discriminam idade, nem sexo, nem cor, nem mesmo classe social...” Esse trecho:

- a) mostra que os assaltantes pelo menos são justos.
 - b) mostra que os assaltantes têm alguma formação política.
 - c) também está carregado de humor.
- E aqui, qual é a alternativa correta? Justifique sua resposta.

3. Que sentimento tomou conta do jovem ao ser assaltado?

4. Como o autor da carta vê o fato de o jovem ter entregue a bicicleta naturalmente, sem reagir?

5. Que sentimento tomou conta do jovem logo após o assalto?

6. Segundo o texto, após o assalto, o jovem teria ficado imaginando o destino que o assaltante iria dar à bicicleta. Qual seria o destino e qual o sentimento do jovem diante disso?

7. Diante da indignação do jovem e concordando com ela, o texto condena de forma radical o crime. Transcreva a frase em que fica evidente essa condenação.

8. Discuta com os colegas os três últimos parágrafos em que aparece a mensagem de solidariedade que o autor da carta dirige ao jovem que foi assaltado. Redija depois uma síntese do que vocês discutiram.

9. O texto chama-se *Carta a um jovem que foi assaltado*, mas não tem certas características tradicionais de uma carta. Não aparece o nome da cidade do emitente, a data e a saudação inicial. No final, não aparece a costureira saudação e a assinatura do emitente. Você acha que existe alguma característica importante de uma carta no texto?

TEXTO

Carta a um jovem que foi assaltado

01 Foste assaltado. Bem, a primeira coisa a
02 dizer é que isto não chega a ser um fato
03 excepcional. Excepcional é ganhar um bom
04 salário, acertar a loto: mas ser assaltado é uma
05 experiência que faz parte do cotidiano de qual-
06 quer cidadão brasileiro. Os assaltantes são de-
07 mocráticos: não discriminam idade, nem sexo,
08 nem cor, nem mesmo classe social – grande
09 parte das vítimas é das vilas populares.

10 É claro que na hora não pensaste nisto. Ficaste
11 chocado com a fria brutalidade com que o delin-
12 qüente te ordenou que lhe entregasse a bicicleta
13 (podia ser o tênis, a mochila, qualquer coisa).

14 Entregaste e fizeste bem: outros pagaram com
15 a vida a impaciência, a coragem ou até mesmo o medo – não poucos foram baleados pelas costas.

16 Indignação foi o sentimento que te assaltou depois. Afinal, era o fruto do trabalho que
17 o homem estava levando. Não fruto do teu trabalho – até poderia ser – mas o fruto do trabalho
18 do teu pai, o que talvez te doeu mais.

19 Ficaste imaginando o homem passando a bicicleta para o receptor, os dois satisfeitos
20 com o bom negócio realizado. É possível que o assaltante tenha dito, nunca ganhei dinheiro
21 tão fácil. E, pensando nisto, a amargura te invade o coração. Onde está o exército? Por que
22 não prendem essa gente?

23 Deixa-me dizer-te, antes de mais nada, que a tua indignação é absolutamente justa. Não
24 há nada que justifique o crime, nem mesmo a pobreza.

25 Há muito pobre que trabalha, que luta por salários maiores, que faz o que pode para
26 melhorar a sua vida e a vida de sua família – sem recorrer ao roubo ou ao assalto. Mas tudo
27 que eles levam, os ladrões e assaltantes, são coisas materiais. E enquanto estiverem levando
28 coisas materiais, o prejuízo, ainda que grande, será só material.

29 Mas não deves deixar que te levem o mais importante. E o mais importante é a tua
30 capacidade de pensar, de entender, de raciocinar. Sim, é preciso se proteger contras os
31 criminosos, mas não é preciso viver sob a égide do medo.

32 Deve-se botar trancas e alarmes nas portas, não em nossa mente. Deve-se repudiar o
33 que fazem os bandidos, mas deve-se evitar o banditismo.

34 Eles te roubaram. É muito ruim. Mas que te roubem só aquilo que podes substituir. Que
35 não te roubem o coração.



SCLIAR, Moacyr. **Carta a um jovem que foi assaltado**, in *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar*.

1ª Ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. p.83-84.